Aos vinte oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às 15h, reuniu-se, virtualmente, o Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Belo Horizonte. Participaram da reunião os conselheiros André Abreu Reis, Adriana Soares de Oliveira, Gustavo de Castro Magalhães, Maria Consuelita Oliveira, Soraya de Fátima Mourthé Marques e Thiago Augusto de Carvalho Cruz. Pela Subsecretaria de Gestão Previdenciária e da Saúde do Segurado (Suprev), Unidade Gestora Única do RPPS-BH, participaram Rodrigo André de Almeida, responsável pela Assessoria de Investimentos e Estudos Atuariais, Suely de Campos, responsável pela Assessoria de Planejamento, a servidora Amanda Vieira e Giselle dos Santos Rodrigues Martins, Diretora Central de Gestão de Contas Previdenciárias. Giselle iniciou a reunião apresentando a pauta do dia: 1) aprovação do Relatório de Ouvidoria 1º Semestre/2026; 2) aprovação do Relatório de Governança Corporativa 1º Semestre/2026; 3) certificação profissional; 4) apresentação e aprovação do Relatório Mensal de Investimentos referente aos meses de junho, junho e agosto de 2026; 5) aprovação da alteração no plano de trabalho de 2026. Na sequência, foram submetidos à apreciação o Relatório de Governança e o Relatório de Ouvidoria, ambos referentes ao primeiro semestre de 2026. Giselle informou que os documentos haviam sido previamente disponibilizados aos Conselheiros e, por esse motivo, não seriam apresentados durante a reunião, ressaltando que a Unidade Gestora permanecia à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. Não havendo outras manifestações, o Colegiado aprovou, por unanimidade, os dois relatórios. Na sequência, a Presidente Maria Consuelita pediu a palavra para parabenizar todos os servidores pelo Dia do Servidor Público. Em seguida, elogiou o Circuito SUPREV Pró-Gestão, destacando a qualidade dos cursos dos módulos de Integridade e de Investimentos, cujas apresentações considerou muito didáticas e com linguagem acessível. Rodrigo agradeceu os elogios e ressaltou que o objetivo é promover essas capacitações com maior frequência, de modo a alcançar um público cada vez maior de servidores e conselheiros. Dando sequência à pauta, passou-se ao item referente à certificação profissional dos dirigentes e membros dos órgãos colegiados do RPPS. Em seguida, foi concedida a palavra à servidora Amanda, que apresentou aos Conselheiros a modalidade CCP, esclarecendo que prevê avaliações por módulo, controle de frequência e aproveitamento mínimo de 70% em cada módulo, com emissão da certificação após a conclusão com êxito. Informou, ainda, que a certificação tem validade de quatro anos e que a carga horária mínima prevista para os membros dos Conselhos Fiscais é de 65 horas. Na sequência, Amanda apresentou a proposta da ICDS – Centro Latino-Americano de Estudos Jurídicos Ltda., contemplando 18 participantes, com cargas horárias superiores aos mínimos regulamentares: 65 horas para oito Conselheiros, 85 horas para sete dirigentes e 105 horas para três integrantes da gestão de recursos e do Comitê de Investimentos. A proposta apresentou valor global de R$ 10.310,00, com formação integralmente on-line, avaliações por módulos e possibilidade de segunda chamada. Após os esclarecimentos, passou-se ao próximo item da pauta. Na sequência, foram apresentados os Relatórios Mensais de Investimentos referentes aos meses de junho, julho e agosto de 2026. O Assessor sugeriu que fosse apresentada apenas a versão do relatório de agosto de 2026, esclarecendo, entretanto, que eventuais dúvidas relativas aos meses anteriores seriam devidamente respondidas. Diante da anuência dos Conselheiros, Rodrigo apresentou o referido relatório, que contemplou a análise da evolução patrimonial, a composição da carteira, a liquidez dos ativos, o enquadramento dos investimentos, o desempenho das classes de ativos, os riscos e as movimentações realizadas no período *(cujos detalhamentos técnicos e decisões de investimentos constam no Anexo I desta*

ata). Ele informou que, em 31 de agosto de 2026, o patrimônio do Fundo Previdenciário BHPrev totalizava R$ 4.979.331.685,19. A carteira permanecia concentrada em renda fixa e, especialmente, em Títulos Públicos Federais, com destaque para NTN-B, no montante de R$ 4.279.193.493,36; LTN, no valor de R$ 117.460.390,89; fundos de vértice, no montante de R$ 37.123.287,83; e renda fixa referenciada ao CDI, no valor de R$ 286.032.291,12. A carteira também contemplava BDRs, no valor de R$ 78.770.450,71; fundos multimercados referenciados ao S&P 500, no montante de R$ 96.408.711,27; e Fundos de Investimento em Participações – FIPs, no valor de R$ 84.343.060,00. Na análise da carteira, destacou-se a manutenção da estratégia de concentração em Títulos Públicos Federais, especialmente em NTN-B de longo prazo, em consonância com o processo de imunização e com as características do passivo atuarial do RPPS-BH. A carteira encontrava-se estruturada em duas estratégias: a carteira estratégica, direcionada a ativos de longo prazo compatíveis com o passivo atuarial, e a carteira tática, destinada à manutenção da liquidez e ao aproveitamento das oportunidades de mercado. Quanto ao desempenho dos investimentos, Rodrigo informou que a rentabilidade consolidada da carteira no mês de agosto foi de 0,34%, superior à meta atuarial de 0,16% estabelecida para o período. Os Títulos Públicos NTN-B apresentaram rentabilidade de 0,18%, enquanto as LTN registraram 1,11%. Os fundos de vértice apresentaram resultado negativo de 2,00%. Os BDRs tiveram desempenho positivo de 5,43%, enquanto os fundos multimercados referenciados ao S&P 500 apresentaram valorização de 3,61%. Os FIPs registraram variação negativa de 1,13%. No que se refere às movimentações realizadas no período, Rodrigo registrou a décima segunda chamada de capital do Pátria Private Equity VII Advisory FIP Multiestratégia, no valor de R$ 305.874,09, realizada em 21 de agosto de 2026. Informou, ainda, que, em 12 de agosto de 2026, foi realizada a aquisição de NTN-B com vencimento em 2055, marcada a vencimento, à taxa de IPCA + 7,5320% ao ano, no valor de R$ 47.401.965,71. Após manifestações e esclarecimentos, os relatórios de investimentos referentes aos meses de junho, julho e agosto de 2026 foram aprovados, por unanimidade, pelo Colegiado. Dando sequência à pauta do dia, Giselle apresentou as alterações realizadas no Plano de Trabalho de 2026, já aprovadas previamente por e-mail por todos os conselheiros. Todos os conselheiros aprovaram a alteração. Finalizada a apresentação e não havendo outros assuntos a serem tratados, eu, GISELLE DOS SANTOS RODRIGUES MARTINS:05700730650 Assinado de forma digital por GISELLE DOS SANTOS RODRIGUES MARTINS:05700730650 Dados: 2026.11.09 13:54:08 -03'00' Giselle dos Santos Rodrigues Martins, BM 106113-3, lavro a presente ata, que será aprovada por meio eletrônico pelos Conselheiros após leitura. Belo Horizonte, 28 de outubro de 2026.

ANDRE ABREU REIS (04582697607)
AC Certisign RFB G5
Em sexta-feira, 6 de novembro de 2026 às 11:17

André Abreu Reis

Documento assinado digitalmente
gov.br ADRIANA SOARES DE OLIVEIRA
Data: 09/11/2026 13:37:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Adriana Soares de Oliveira

GUSTAVO DE CASTRO MAGALHAES (86526022634)
Autoridade Certificadora SERPRORFBv5
Em segunda-feira, 9 de novembro de 2026 às 12:12

Gustavo de Castro Magalhaes

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA CONSUELITA OLIVEIRA
Data: 09/11/2026 11:38:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Maria Consuelita Oliveira

SORAYA DE FATIMA MOURTHE MARQUES:44102127615 Assinado de forma digital por SORAYA DE FATIMA MOURTHE MARQUES:44102127615 Dados: 2026.11.11 13:20:02 -03'00'

Soraya de Fátima Mourthe Marques

Documento assinado digitalmente
gov.br THIAGO AUGUSTO DE CARVALHO CRUZ
Data: 06/11/2026 13:29:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Thiago Augusto de Carvalho Cruz

ANEXO I

Parecer Comitê de Investimento[1] - Reunião 22/9/2026

Relatório de Investimentos: A rentabilidade consolidada da carteira no mês de agosto foi de 0,34%, superando com folga a meta de 0,16% projetada para o período. Em um mês marcado por deflação doméstica, a carteira de Títulos Públicos comportou-se dentro do esperado, com as NTN-B fechando o período com alta de 0,18% e as LTN subindo 1,11%. Os Fundos de Vértice apresentaram queda de 2,00%, refletindo o estresse na curva de juros de longo prazo. Os fundos BDRs e Multimercado, referenciados pelo S&P500, tiveram desempenho com altas de 5,43% e 3,61%, respectivamente, reflexo do bom desempenho do índice (alta de 1,13%) e da valorização do dólar americano em virtude da saída recorde de capitais estrangeiros da bolsa brasileira — da ordem de 18 bilhões de reais. A carteira de FIPs fechou o mês em queda de 1,13%, dentro do esperado para o atual estágio de maturação dos fundos, o chamado efeito de "curva J".

Decisão de investimentos: Para os investimentos, foram respeitadas as diretrizes previstas na Política de Investimentos 2026, considerados os seguintes parâmetros: (I) a análise da estratégia de alocação; (II) a disponibilidade de aproximadamente R$ 45,7 milhões para aplicação, originários das contribuições previdenciárias do mês de setembro e do saldo remanescente de aquisições anteriores de Títulos Públicos; (III) a necessidade de liquidez dos investimentos para pagamento de benefícios somente a partir de 2058, conforme fluxo atuarial; (IV) o momento oportuno para aquisição de Títulos Públicos com taxas reais superiores à meta de rentabilidade; e (V) a possibilidade de imunização da carteira com exposição reduzida praticamente ao risco soberano. Diante desse cenário, o Coinv deliberou por manter o processo de imunização da carteira através da alocação em Títulos Públicos Federais NTN-B com vencimento em 2055, com os recursos permanecendo aplicados em fundo DI até a liquidação.